

Entrevista com Fábio Wanderley Reis

Frederico Batista Pereira

Graduado em
Ciências Sociais /
UFMG

Guilherme Alberto Rodrigues

Graduado em
Ciências Sociais /
UFMG

Fábio Wanderley Reis é professor emérito do Departamento de Ciência Política da UFMG. Lecionou durante toda a sua carreira neste departamento, tendo sido um de seus fundadores, em 1966. Sua formação acadêmica também se iniciou na UFMG, onde se graduou no antigo curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas, no qual se formaram importantes cientistas sociais brasileiros durante as décadas de 50 e 60. Posteriormente, cursou pós-graduação em Sociologia na FLACSO (Santiago/Chile) e tornou-se mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard (EUA). Entre os anos de 1980 e 1982, foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

Tem ampla atividade como publicista nas áreas de Sociologia e Ciência Política, trabalhando com temas ligados a desenvolvimento político, autoritarismo e transição; cidadania, estado e mercado; democracia, processo eleitoral brasileiro e questão social; cena mundial e globalização. Entre suas principais obras, estão o livro *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro* (1978, São Paulo, Símbolo), do qual foi organizador e autor, e o livro que se origina de sua tese para obtenção do título de professor titular do Departamento de Ciência Política da UFMG em 1981, intitulado *Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política* (2000, Belo Horizonte, Editora da UFMG).

A entrevista que segue, gentilmente concedida pelo Professor Fábio Reis em dezembro de 2009, permite retomar parte de sua trajetória acadêmica - que se confunde com a própria consolidação das Ciências Sociais no Brasil - e algumas das questões centrais de sua importante obra.

Professor, sua formação expressa a própria constituição da ciência política como um campo de estudos no Brasil. Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre a sua formação básica nas ciências sociais e como a contrasta e a avalia em relação à atual formação dos cientistas sociais brasileiros.

Temo que essa pergunta me leve a ser meio repetitivo. Já fiz alguns depoimentos recentemente mais ou menos nessa faixa a propósito de coisas diversas. Mas, de toda maneira, acho que o que dá para dizer é que sem dúvida há algumas coisas em relação às quais é possível apontar uma mudança perceptível, ainda que a questão de até que ponto essa mudança corresponde a algo mais difundido ou generalizado seja problemática. Em relação à minha experiência, uma coisa marcante foi, sem a menor dúvida - e acho que isso é relevante para o que acontece atualmente - o contraste entre certa tradição de ensaísmo, com a reflexão solta e no máximo com certo cunho historiográfico, e a ideia de um trabalho mais rigoroso, analiticamente mais ambicioso, mais estruturado, de maior preocupação empírica e metodológica, etc. Esse, sem dúvida, foi um "cavalo de batalha" importante em certo momento, que é um momento posterior a minha temporada na FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), no Chile. Logo depois de formado, fui selecionado para um programa de pós-graduação na FLACSO, junto com outros

colegas do antigo curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. A FLACSO tinha recursos da UNESCO e depois, apesar de ter se tornado relativamente menos importante, chegou a ter sedes também em outros países da América Latina.

Nesse momento a FLACSO era uma coisa mais ou menos incipiente. Nós fomos selecionados para a terceira promoção (1962-63, cada promoção tomava dois anos), com a particularidade de que o grupo de brasileiros selecionados para essa promoção (pelo Professor Lucien Brams, que viajava em 1961 pela América Latina recrutando gente) foi composto inteiramente pelo grupo de graduados da FACE. Todos tínhamos participado do programa de bolsas criado havia pouco na FACE pelo Professor Yvon Leite de Magalhães Pinto, programa que virou um modelo importante, reproduzido pela CAPES até hoje. Éramos um grupo de cinco pessoas (Antônio Octávio Cintra, Simon Schwartzman e sua mulher na época, Suzana Prates, e José Maria de Carvalho, além de eu mesmo), e na FLACSO fomos expostos a algo bem diferente daquilo a que éramos expostos aqui. Aqui a gente tinha marcadamente e quase exclusivamente uma influência francesa. Lembro de apenas um professor, Eugênio Rosi Filho, que seguia algum curso de nível de pós-graduação na Escola Livre de Sociologia de São Paulo e tinha uma perspectiva distinta, mais atenta à sociologia dos Estados Unidos, de que nos trazia alguma informação.

Frederico Pereira e Guilherme Rodrigues são gratos às contribuições de Maria Cristina Aires para a realização da entrevista com o Prof. Fábio Reis.

A experiência no Chile foi bem diferente. Apesar de termos sido recrutados por um professor francês e da presença de vários professores europeus na FLACSO, de modo permanente ou como visitantes por períodos mais curtos, a orientação geral era inequivocamente norteamericana. Tivemos particularmente a influência forte, na área de metodologia, de Johan Galtung, sociólogo norueguês, autor de um livro sobre método sociológico publicado nos Estados Unidos que resultou de curso que nos deu na FLACSO e teve importância nos anos seguintes.

De todo modo, a experiência na FLACSO nos fez voltar como os "jovens turcos", trazendo a novidade e comprando briga com o pessoal de orientações mais tradicionais no país e que eram então dominantes, especialmente com o marxismo paulista do grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso, com o qual houve algumas polêmicas que nos pareciam momentosas.

Bem, essa briga foi ganha, em certo sentido, e acho possível dizer que ela hoje está em boa medida superada. As pessoas estão aí aprendendo metodologia, e pelo menos o "tom" geral da disciplina é dado por gente que trata de ser metodologicamente sofisticada. Os melhores estão tratando de se equipar, dominando tecnologias recentes, técnicas de pesquisas, de processamento e análise de dados. E há uma maneira específica em que é possível apontar o avanço: não há mais ninguém a brigar de maneira relevante pela "dialética" como suposto método especial, envolvendo a suposição de uma "lógica dialética" que se pudesse contrapor com boas razões à lógica formal. Está claramente superada, a meu ver, a confusão entre a intuição ontológica envolvida na dialética, ressaltando a ideia da tensão, do movimento, do desenvolvimento, que obviamente é respeitável, e a intuição lógica propriamente, que claramente tem precedência e prevalência sobre a intuição dialética. Você não tem sequer condição de enunciar a intuição básica, heraclitiana, do movimento – não se entra duas vezes no mesmo rio... – se não tiver, para começar, o princípio da identidade, se não tiver a ideia de um rio que é um rio e não outro, de A que é A e não é não-A.

Seja como for, hoje não se trata mais de jovens turcos trazendo a novidade, mas de algo que pode reclamar a condição de ortodoxia no país. E que, para bem ou para mal, corresponde a uma influência inegável dos Estados Unidos. Acredito que sobretudo para o bem, já que não há como ignorar a maciça produção estadunidense nas ciências sociais e especificamente na ciência política é a vanguarda que, seja lá como for, ela representa ou inclui.

A respeito da ciência política em particular, seria preciso mencionar, naturalmente, a importância da criação na UFMG do Departamento de Ciência Política, com o apoio financeiro da Fundação Ford para um programa de pós-graduação na área, que permitiu que vários de nós fizessemos estudos de doutorado nos EUA. A Fundação Ford deu o mesmo apoio ao IUPERJ, mais ou menos na mesma época (e depois ao Cebrap). Apesar de que o programa do IUPERJ tenha incluído também a sociologia, a ciência política passou a exercer, no país, maior atração junto aos estudantes. Na UFMG isso

ocorreu de modo bem claro, pelo menos durante algum tempo. Mas acho muito importante ressaltar que, no meu entender, não faz sentido pretender falar de uma ciência política à parte da sociologia: uma boa ciência política é fatalmente uma sociologia política.

Dentro dessa "vitória" de uma postura mais analiticamente rigorosa, há hoje certa oposição entre metodologia qualitativa e metodologia quantitativa, que é comumente reproduzida nas Ciências Sociais.

No período "inicial" de que eu falei antes, as coisas eram em certo sentido mais pobres, embora essa contraposição me pareça pobre mesmo tal como se apresenta hoje. Não havia ninguém defendendo propriamente algo que se rotulasse como "metodologia qualitativa" em contraposição a "metodologia quantitativa". Mas havia, sim, a tendência a tratar qualquer coisa que envolvesse quantificação como uma espécie de distúrbio. O que havia era isso: uma tradição de pensamento e reflexão de tipo ensaístico, historiográfico na melhor das hipóteses, com as precariedades que essa tradição envolve, embora não haja como negar que ela também produziu resultados importantes, interessantes e de leitura atraente.

De toda maneira, pessoalmente não acho que seja possível sustentar essa contraposição. Sempre há um desafio conceitual (e, portanto, "qualitativo", se se quiser chamar assim) que é condição indispensável para se trabalhar no nível quantitativo de maneira satisfatória ou adequada. Não basta o ritualismo que, na minha avaliação, tem tendido a se reproduzir – e que tem existido, em grande medida, também nos Estados Unidos. Acho que não faz sentido, em última análise, a separação entre o especialista em teoria e o especialista em metodologia, ainda que a estrutura da atividade acadêmica favoreça, naturalmente, que as pessoas se dediquem mais a uma coisa ou a outra.

Se você quer ter condições de enunciar proposições de alcance teórico num sentido preciso, rigoroso, você naturalmente deve ter um trabalho conceitual adequado. Deve se dispor a uma reflexão conceitual adequadamente sofisticada para poder articular os conceitos no momento proposicional do trabalho, que é aquele que, envolvendo afirmações de conteúdo empírico, se defronta com exigências "metodológicas" em sentido mais estrito, o da lógica da prova.

Por isso, mais que empobrecedora, acho pura e simplesmente equivocada a tentativa de contrapor um lado "quantitativo" e outro "qualitativo". Além de que isso é com muita frequência até mesmo desfrutável ou risível. Lembrei há pouco, no Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política, a polêmica que tive com Bernardo Sorj durante uma sessão de debate no DCP/UFMG tempos atrás (bem mais recentemente do que os tempos "heróicos" de que falei no começo), onde ele se apresentava como um "qualitativista" e eu, supostamente, era o representante da tradição "quantitativista". Peguei simplesmente um texto dele – ele reclamou, a propósito, de uma espécie de traição, mas naturalmente sem razão: não havia

nada de "confidencial" ou "pessoal" no trabalho, que era afinal um trabalho de ciência social – e sai explicitando as tabelas implícitas, traduzindo para tabulações precisas os enunciados vagos, mostrando como o trabalho estava cheio de uma "pseudo estatística" ("geralmente", "na maior parte dos casos", "com frequência") que não se assumia como estatística. As proposições, para fazer sentido, obviamente envolvem quantidade, mesmo se de maneira latente ou "oculta".

O senhor também tem defendido certo cuidado com o uso de recursos metodológicos. Fernando Limongi, em "Institucionalização Política", de 1999, criticou o quadro interpretativo do desenvolvimento político proposto por Bolívar Lamounier e pelo senhor por uma suposta ausência de elementos teóricos testáveis. Diante de tal crítica, como o senhor se posiciona?

Aquele texto é provavelmente a coisa mais infeliz que o Fernando Limongi já escreveu. Ele certamente já se deu conta disso. O que eu andei escrevendo sobre desenvolvimento político é, claramente, um esforço de reflexão conceitual. Se tomarmos a tipologia de formas de trabalho nas ciências sociais proposta há tempos por Hans Zetterberg, que costumo usar, a reflexão conceitual corresponde ao nível definicional, em contraste com o nível proposicional a que eu me referi há pouco. A reflexão nesse nível é indispensável para que se possa ter um quadro de referência conceitual que permita enquadrar, por exemplo, as pesquisas empíricas sobre o eleitorado, ou fazer sentido mais amplo, mais ambicioso, da dinâmica em que esse eleitorado se insere. Há sim, sem dúvida, nos trabalhos da área das ciências sociais, como em qualquer disciplina, uma dimensão que não é proposicional nem diretamente testável: você não "testa" ou "comprova", propriamente, definições ou conceitos, o "teste" aí tem a ver antes com a fecundidade heurística, com a capacidade da perspectiva conceitual para gerar "boas" hipóteses ou proposições a serem, estas sim, levadas ao teste empírico. O componente inaceitavelmente empirista do texto de Limongi tem a ver com isso. O preço de recusar a reflexão conceitual apropriada é recuar, como faz ele no texto, para a posição tosca de eventualmente reconhecer a existência ou a falta de democracia de acordo com indicadores de algum tipo e não enxergar mais qualquer problema – especialmente os problemas complicados relacionados com a institucionalização e a consolidação de democracias estáveis.

Se, em vez da reflexão conceitual rigorosa e logicamente integrada e da derivação de proposições verificáveis em áreas específicas, o que você tem é uma porção de enunciados esparsos e desconectados, não adianta pretender, quanto à democracia e ao desenvolvimento político, que, diante do que revelam os indicadores selecionados, o problema que importa está resolvido. Ele pode muito bem não estar. É claro que a questão de saber se uma democracia tem potencial de estabilidade ou não é crucial, tanto do ponto de vista teórico-científico quanto do

ponto de vista prático que é decisivo para justificar o trabalho científico. Seria maluco se você pretender se dedicar a fazer ciência política no Brasil, se o resultado disso fosse irrelevante para, por exemplo, a observação e a avaliação do contraste entre o Brasil de 1964 e o Brasil de hoje. As semelhanças e diferenças são ou não de molde a justificar a expectativa de que as condições que levaram à ditadura militar venham a se repetir? Na Europa do século passado, por exemplo, vimos experiências trágicas de autoritarismo, fascismo e nazismo em países que, de alguns pontos de vista, pareciam reunir condições para compartilhar a democracia liberal que já se mostrava enraizada em outros. Temos agora, entre nossos vizinhos da América do Sul, processos democráticos levando a experiências (na Venezuela, na Bolívia, no Equador) que têm sido vistas como contendo riscos autoritários ou como caminhando para autoritarismos. É evidente que aí se acham envolvidas indagações importantes, e renunciar a apreender a lógica geral (e talvez basicamente a mesma) dos processos envolvidos seria uma capitulação indefensável – e falar de "pessimismo" ou "otimismo" a propósito da preocupação com essa lógica é com certeza insuficiente.

No mais, quanto ao texto de Limongi, como assinali no meu comentário publicado no mesmo volume de 1999, é notável que ele, com todo o zelo empirista, abra mão inteiramente de sequer olhar para os dados abundantes que Lamounier e eu processamos e analisamos nos textos que ele se dispõe a criticar.

A literatura dedicada às mudanças políticas, em especial às transições, foi abundante até pouco tempo atrás, sobretudo aquela que se refere ao tema do desenvolvimento político, que tem grande importância no conjunto de sua obra. Qual o objetivo do senhor ao introduzir essa noção de desenvolvimento político para o seu quadro interpretativo ou para a interpretação do Brasil?

Antes, uma observação sobre a aproximação feita por vocês entre a literatura sobre transições e a literatura sobre desenvolvimento. Essa aproximação não se justifica. O pessoal das transições achava que fazia algo diferente: a palavra *démodée* foi aplicada explicitamente à literatura de desenvolvimento político por parte de gente que trabalhava com as "transições". Evidentemente, no fundo os temas básicos são análogos, e a perspectiva crítica em relação ao desenvolvimento político é expressão das deficiências dos "transitólogos", como os chamou Philippe Schmitter.

Que "transições" são essas? A expressão "transições" remete à mudança de regimes ditatoriais para a democracia. É disso que essa literatura estava falando. Só que o problema básico do acesso à democracia estável era claramente afim às preocupações centrais também da literatura sobre desenvolvimento político, e faltava ao pessoal das "transições" o atrevimento que tinha caracterizado a literatura anterior sobre desenvolvimento político, que não se furtava, por exemplo, a comparar os Estados

Unidos e países africanos e a tratar de apreender, na dinâmica sociopolítica que se deu nos Estados Unidos algo que fosse, eventualmente, relevante para o caso dos países africanos ou de qualquer outro país. Por que não?

A abdicação ao atrevimento teórico ou à disposição de pensar teoricamente é a grande razão de minha implicância com a literatura sobre transições, com a perseguição resfolegante das conjunturas cambiantes que andei apontando nela (diagnóstico da implantação de autoritarismos, depois das aberturas, depois das "transições" à democracia, depois da consolidação da democracia...). Aliás, isso se relaciona até com algumas dificuldades na minha relação pessoal com Guillermo O'Donnell, de quem me tornei amigo e com quem cheguei a colaborar em trabalhos conjuntos. A perspectiva equivocada das "transições" acaba envolvendo, no caso de O'Donnell, uma posição teórico-metodológica que aparece formulada expressamente num texto escrito por ele em colaboração com Philippe Schmitter e publicado em um dos seus livros mais importantes (Transições do Regime Autoritário): a ideia de que só se pode teorizar a respeito da dimensão "estática" da vida sociopolítica; a dimensão dinâmica, a mudança, não seria passível de teorização, o que, naturalmente, é uma bobagem.

Isso pode ser tomado de maneira que leva à questão central. Inequivocamente, há uma motivação prática para o trabalho da ciência política. Não faz sentido pretender fazer uma ciência da política se você não tiver uma preocupação prática, se o trabalho não procurar trazer respostas para os problemas que se defrontam na vida política real. No meu próprio caso, por exemplo, o interesse pela temática do desenvolvimento político se ligou diretamente com o fato de que o Brasil, ao cabo de um período que parecia envolver avanços, estava às voltas com a ditadura militar de 1964 – algo de efeitos aplastantes para toda uma geração de brasileiros, que pesou intensamente sobre 21 anos das nossas vidas. No meu caso pessoal, acho que com muito boas razões, o empenho de pensar teoricamente as causas do autoritarismo político no Brasil levou, em conexão com a ideia do "desenvolvimento político", à preocupação com a própria ideia ou definição de política e com o conteúdo normativo que se liga com ela.

Minha motivação ao pensar teoricamente as razões do autoritarismo, as suas causas, me levou na direção da ideia de desenvolvimento e à ideia normativa que está presente na própria definição da política. Como disse às vezes, não se teria política numa sociedade de escravos onde não existisse ao menos a possibilidade de que eles deixassem de ser escravos, ou a autonomia e a liberdade ao menos como potencialidade. Essa é uma dimensão utópica e normativa a partir da qual você, de certa forma, neutraliza a relevância do poder e pressupõe uma condição de convivência igualitária e harmoniosa. Essa referência normativa traz um componente analítico crucial, que é precisamente aquele que permite refletir de modo proveitoso sobre o aspecto dinâmico, sobre o aspecto do desenvolvimento, em última análise. Se posso imaginar

uma condição como melhor e outra como pior, eu tenho, por um lado, um desafio e, por outro, um instrumento importante na medida em que me permita tratar de agarrar de alguma forma o processo que leva ao pior ou ao melhor. Pensar em termos processuais é indispensável.

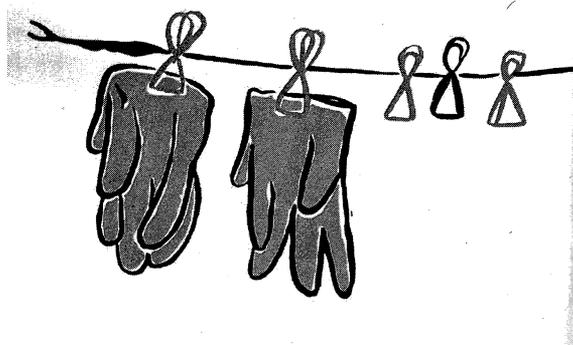
As dificuldades de alguns pensadores importantes que tentaram negar a relevância da dimensão a que me refiro dramatizam a ideia geral. Popper me parece um caso muito claro. Apesar de tentar negar a ideia de desenvolvimento e "linearidade" ("a história não tem sentido"), acaba apelando explicitamente à ideia de um avanço gradual (e milenar), que os gregos teriam inaugurado, rumo à "sociedade aberta". Acredito que não há como escapar disso. A tematização da política em geral só faz sentido se há essa ambição de refletir em termos que envolvem a apreensão tão rigorosa quanto possível da dimensão dinâmica que incorpora o elemento normativo.

E quais as influências e contra quem esse quadro interpretativo se posiciona?

Isso é difícil. Nunca tive muita preocupação com o pedigree das ideias. Provavelmente, em certo sentido fiz uma grande "lambança" em meus textos. Algumas coisas importantes ficaram de meu período de influência francesa, de meu marxismo e de Weber, que é certamente muito importante. Além dessas, também houve influências diretas dos americanos, com a própria noção de desenvolvimento político – apesar de que, com frequência, ela era pensada de modo ingênuo nos Estados Unidos, pois envolvia um patente etnocentrismo anglo-saxônio ou especificamente estadunidense, o que evidentemente não dá para comprar. Na minha leitura, trato de me distanciar disso.

O que talvez dê para acrescentar é apenas a insistência em algo pelo menos subjacente a coisas que já disse antes: a atenção para o desenvolvimento e para a dimensão dinâmica, em geral, envolve o empenho de apreender a lógica de um processo. Além dos equívocos das "transições", isso pode ser contraposto, por exemplo, à fórmula leniniana da "análise concreta de situações concretas" que alguns, com destaque para o Fernando Henrique Cardoso, andaram adotando. A adesão a essa fórmula tem como consequência a atribuição de certo status metodológico especial à chamada "análise de conjuntura". No meu modo de ver, não existe, a rigor, análise de conjuntura nesse sentido especial. Não se faz "análise concreta de situação concreta", fazem-se análises "teóricas", ou teoricamente informadas, de situações concretas. Não será possível analisar a conjuntura se você não tiver como estruturar os eventos, se você não tiver teoria. Evidentemente, a teoria deve ser capaz de dar conta do processo em que ocorrem idas e vindas, aberturas e fechamentos, transições e golpes, e deve, portanto, ser capaz de explicar a instabilidade mesma, a fluidez, e de explicá-la com o mesmo instrumental analítico com que eventualmente explicará a conquista da estabilidade. Lembro de uma reunião de especialistas latino-americanos no Memorial da América Latina

(em 1991, se não me engano), em que um cientista político do Uruguai elaborava longamente sua teoria sobre a estabilidade da democracia uruguaia (a antiga "Suíça americana") recorrendo ao jogo de certo conjunto de variáveis; quando perguntei a ele sobre o golpe de 1973 no país, a resposta veio prontamente, só que com base em outra teoria inteiramente diversa, em que se recorria a um conjunto diferente de variáveis e suas articulações – e lembro de sua cara perplexa quando ponderei que se você tem teorias diferentes para valores diferentes da variável dependente (estabilidade e instabilidade políticas) você na verdade não tem teoria nenhuma, não apreendeu de fato a lógica geral que opera no processo. Naturalmente, um desdobramento importante tem a ver com a sociologia que aponte antes como indispensável: na busca de explicações adequadas para problemas dessa natureza não há como fugir das "grandes questões" e de uma definição suficientemente ampla da própria política, que remeta às relações entre a aparelhagem político-institucional em sentido estreito e o substrato sociológico ou sociopsicológico geral.



E como o trabalho sobre eleições levado a cabo pelo senhor é por um conjunto de autores com quem trabalhou se encaixa nessa sua proposta mais geral de estudo do desenvolvimento político?

Eu diria que a questão é a de que a articulação entre o nível do substrato sociológico e o nível institucional se traduza na democracia, assumida forma democrática. Ora, as eleições são um mecanismo crucial do jogo democrático e tendem, por isso mesmo, a ser o foco das disputas mais importantes do processo de democratização, com as eventuais idas e vindas entre ganhos democráticos e restaurações autoritárias como resultado da operação das assimetrias e dos conflitos estruturais latentes ou efetivos. É natural, assim, tratar de apreender na dinâmica eleitoral o que quer que ela possa revelar desse substrato e de seus movimentos. Se observamos, no Brasil, a dinâmica que leva a 1964 e o que vem depois, é possível apontar um processo que envolve massas em grande parte politicamente alheias e "domesticadas" por mecanismos tradicionais, que aos poucos se deslocam para os centros urbanos e se mobilizam. A lógica desse processo incorpora ingredientes

de personalismo e populismo, com o que tem de negativo, além de promover turbulências que envolvem até décadas de ditadura. De todo modo, ela coloca o desafio de criar instituições capazes de enquadrar o enfrentamento político, em particular um sistema partidário estável com base em identificações partidárias duradouras: será possível contar com a resposta adequada ao desafio com base também nos ingredientes precários envolvidos ou seria necessário reproduzir, de alguma forma, o modelo idealizado de "política ideológica" que predomina amplamente como postulado no debate político no Brasil (e não só no Brasil)? Como essas indagações se relacionam com o tema da racionalidade dos eleitores e de sua capacidade de perseguir interesses próprios, talvez percebidos em conexão com os interesses de categorias mais amplas? Até que ponto e de que maneiras as condições socioeconômicas e intelectuais ou cognitivas produzidas no nível do substrato condicionam o comportamento do eleitor de diferentes categorias, e com isso talvez a intensidade que o conflito distributivo adquire na disputa eleitoral? A sociologia política internacional recente tem voltado a insistir em que a democracia, na medida em que incorpore efetivamente as massas ao processo eleitoral, não pode ser senão distributiva, o que naturalmente tem relevância para todo o velho debate sobre democracia política e democracia social, democracia e revolução ou estabilidade, etc.

É evidente que a atenção para os detalhes do processo eleitoral e para as disposições que manifesta o eleitorado leva a indagações de grande importância quanto à lógica do processo geral. Para tomar só um aspecto específico da dinâmica político-eleitoral recente no Brasil, acho muito reveladora, do ponto de vista desses problemas, a clareza inédita com que agora, em 2006 (e só agora), especialmente no 2º turno do enfrentamento entre Lula e Alckmin, a questão social chegou (e para ficar, tudo indica) à disputa eleitoral da Presidência da República, expressando-se em nítida correlação entre posição socioeconômica e voto em um ou outro candidato – com as projeções regionais dessa correlação.

Agora uma questão de curiosidade. Tendo em vista esses estudos sobre comportamento eleitoral desenvolvidos na década de 60 e 70 pelo senhor, pelo professor Lamounier e outros mais. Nesse período, quando o senhor produziu grande parte de seus estudos sobre eleições e comportamento eleitoral, os recursos técnicos eram bem mais escassos. Como vocês lidavam com essas limitações na condução das pesquisas, particularmente no que se refere ao processamento e análise de dados?

Isso me parece um problema secundário. Em grande medida, não concordo com os supostos da pergunta. Em sentido superficial ela contém algo de verdadeiro: se você tem novas técnicas, você pode, por exemplo, tratar de fazer análise multivariada de uma forma mais econômica, tem-se recursos adicionais que são bem vindos. Mas não há razão para presumir que sem cer-

to conjunto específico de técnicas inventadas mais ou menos recentemente não seria possível coletar e analisar dados de maneira rigorosa – especificamente (para insistir no exemplo, que remete a algo crucial), fazer análise multivariada, a respeito da qual eu mesmo e o grupo da FLACSO de que falei no início pudemos estudar a lógica geral e muitas técnicas sofisticadas há quase 50 anos... Afinal de contas, mesmo então já havia uma longa tradição de pesquisas e análises sofisticadas com dados de surveys e de outro tipo.

Mas isso pode também ser elaborado numa direção mais negativa. O uso mais abundante que temos hoje de recursos estatísticos, às vezes tecnicamente mais sofisticados, tem produzido também com frequência o "ritualismo" que mencionei antes, em que as pessoas se valem mais ou menos mecanicamente daqueles recursos e abdicam de pensar. Vi, algum tempo atrás, o comentário de um especialista de Harvard, metodólogo competente, que lamentava certas consequências do mesmo tipo trazidas pelas facilidades da computação: em vez da reflexão teoricamente sofisticada ou rica, que as maiores dificuldades no processamento dos dados por si mesmas impunham anteriormente, a tendência dos pesquisadores é "cruzar tudo com tudo" e ver que bicho dá. Tenho tido, pessoalmente, a experiência de lidar com o trabalho de tese de estudantes inteligentes e capazes que leem tudo e investem apropriadamente nas técnicas de processamento e análise de dados, mas o que resulta costuma ser teoricamente fragmentário e meio pobre, sem a reflexão pessoal de densidade suficiente que permita juntar e fazer sentido real das muitas observações típicas, talvez interessantes isoladamente, mas de conexão problemática.

Obviamente, você estar ou não equipado de técnicas eficientes faz diferença, é bom ter disponíveis as técnicas, mas isso está longe de assegurar que o trabalho vai ser superior, especialmente se o recurso à técnica tende a prevalecer sobre a reflexão conceitual e teórica, quando se abdica de guiar o recurso à técnica adequadamente pela reflexão. E cabe ligar isso até com importantes movimentos que têm acontecido nos próprios Estados Unidos, como o do chamado "manifesto perestroika", com gente de primeira linha juntando-se em oposição ao amplo predomínio de certo ritualismo quantitativista nas publicações e na academia em geral. Sem falar da reação a algo mais específico que surge como talvez a parte mais propriamente "ritualística" da orientação predominante: o uso injustificado e simplesmente tolo (mas de amplas consequências científicas e práticas negativas), em diferentes disciplinas, dos famosos coeficientes de significação estatística...

No seu livro Política e Racionalidade, além de em vários pontos de sua obra, o senhor propõe uma concepção de racionalidade que tenta superar dicotomias radicais entre solidariedade e interesses, entre ação orientada por normas em oposição à ação guiada por interesses. De que maneira os estudos do senhor sobre o eleitorado brasileiro ajudam a de-

linear a sua posição quanto à racionalidade?

Acho que dá para começar pela contra-posição de duas maneiras de se considerar a temática da racionalidade. Uma que toma a categoria simplesmente pelo sentido tautológico, ou que a reduz à tautologia. Ou seja, em qualquer caso de comportamento orientado por fins, você acaba tendo intencionalidade (busca intencional de fins) e, por consequência, racionalidade.

Mas, se a questão é ser eficiente, há, naturalmente, a possibilidade de ser menos ou mais eficiente, adequar de maneira pior ou melhor os meios aos fins. Isso acaba remetendo ao fatal componente cognitivo da ideia de racionalidade, ou seja, ao fato de que o sujeito pode estar menos ou mais adequadamente informado a respeito da situação em que tem de agir e até de si próprio, de sua motivação e dos condicionamentos que ela sofre – e temos aí a possibilidade de falar de graus de racionalidade (e de eficiência da ação) em conexão com os graus de informação.

Num extremo, é possível considerar o caso do louco, que age com base nas ilusões de sua loucura, mas age, se você tem em conta essas ilusões, de maneira passível de ser tratada como racional. É aquele aforismo do Chesterton que gosto de citar: "louco é aquele que perdeu tudo, menos a razão". Perdeu a conexão com o mundo, o senso de realidade, está cercado de fantasias, de ilusões, acha que é Napoleão. Mas, de todo modo, suas ilusões podem permitir fazer sentido do comportamento dele, há uma lógica na loucura, a "razão" se mantém...

Mas, se a gente deixa o extremo do louco, continua a haver gradações, que é importante manter diante dos olhos para evitar confusões importantes. Elster tem uma passagem (não lembro onde agora, suponho que seja em Ulisses e as Sereias) em que ele trata o caso de Ulisses – que se sabe fraco e tapa os ouvidos diante do canto das sereias para poder ser fiel a um objetivo situado além delas – como correspondendo a uma racionalidade imperfeita ou a irracionalidade. A posição acaba redundando em que, no limite, só nos casos de onisciência e de pleno domínio da vontade é que você teria racionalidade. O que ignora que o sujeito fraco, que leva em conta a sua fraqueza e age instrumental e eficientemente e consegue, assim, perseguir seus objetivos e eventualmente alcançá-los (talvez mesmo redefinindo os objetivos em razão do que sabe sobre sua fraqueza e sobre as condições gerais em que deverá agir), está sendo perfeitamente racional.

De toda maneira, as gradações quanto ao aspecto cognitivo introduzem algo crucial, que nos vai permitir falar dos graus de racionalidade. Assim, quanto mais adequado o conhecimento que o sujeito tenha do contexto geral da ação, incluído o conhecimento da sua própria motivação e dos condicionantes dela, tanto melhores condições ele terá, obviamente, de agir racionalmente. Do ponto de vista da relação da abordagem da escolha racional com abordagens "convencionais" nas ciências sociais, isso tem a consequência importante de que, assim como o sujeito vai poder ser tanto mais racional em

sua ação quanto mais informado esteja sobre o contexto "objetivo" e "subjetivo" dela, assim também o analista terá melhores condições de avaliar a racionalidade do comportamento do sujeito quanto mais informado ele próprio, analista, esteja sobre aquele contexto – e o que tem de específico a abordagem da escolha racional não provê, por si só, os meios para o conhecimento do contexto, o que torna indispensáveis as disciplinas ou os enfoques "convencionais". Não é à toa que temos visto, em torno de nomes como o de Herbert Gintis (veja-se seu volume recente *The Bounds of Reason*), o florescimento de movimentos que, apontando tanto os recursos quanto os limites do paradigma neoclássico em economia que há muito vem penetrando as outras disciplinas, como a ciência política e a sociologia, procura alcançar uma "ciência unificada do comportamento" que abarcará não só as demais ciências sociais, mas até a biologia evolucionária, e destaca com força a dimensão cognitiva e seu substrato numa "coevolução genética e cultural"...

Se a gente volta dessas alturas ao eleitor, a observação decisiva é simples: é claro que vamos poder encontrar variações cruciais na capacidade que ele apresenta de situar-se racionalmente diante do processo político-eleitoral de acordo com seu grau de informação, ou de sofisticação intelectual geral, o qual vai ele mesmo variar em correspondência antes de tudo com a estratificação social e com condições materiais, educacionais etc.

A importância disso é abundante e reiteradamente mostrada nos dados de nossas pesquisas. Com meia dúzia de perguntas você pode estabelecer um gradiente muito claro de níveis de informação sobre problemas relevantes para temas sobre a política. E pode estabelecer matizes de grande importância na relação disso com, por exemplo, a adesão mais estável a este ou aquele partido, com a decisão de votar neste ou naquele candidato e com a natureza dessa adesão ou decisão em termos de categorias tradicionais, como "ideologia", que há muito têm sido usadas simplisticamente (e confusamente) nessa área. Não tenho dúvida de que assim se torna possível resgatar a lógica do comportamento do eleitor e as variações de interesse que se dão nela. Você pode, para dizer a mesma coisa de maneira provocativa, "estratificar" a racionalidade do eleitor, distinguir "as racionalidades" de tipos diversos do eleitor, sem cair na desclassificação, sem mais, como temos visto por aí, de certos tipos de eleitor (o eleitor popular) em função de suas precariedades ou deficiências intelectuais. O uso, por exemplo, que a Veja andou fazendo do livro do Alberto Almeida, ou o próprio livro do Alberto Almeida, apontar as deficiências reais do eleitor popular é impor-

tante, contra certas idealizações bobocas que ocorrem especialmente em certa "esquerda". Mas xingar-lo sem mais por essas deficiências pode redundar, especialmente em nosso país, em xingar a vítima de processos seculares de elitismo, exclusão e desigualdade.

Uma questão final: como o senhor avalia, ao longo dessas últimas décadas, os avanços e as carências da Ciência Política, especialmente no Brasil?

Creio que há claramente um avanço num sentido de que falamos antes: o fato de que as pessoas estão se dispondo a se equipar metodologicamente, a penetração da ideia de uma disciplina analiticamente ambiciosa, com certa orientação empírica, etc. Por outro lado, subsiste a questão do grau ou intensidade com que essa penetração terá ocorrido efetivamente. Ainda esses dias, por ter escrito um artigo de jornal a respeito de política externa no Brasil, recebi um e-mail de um amigo, autor de um livro sobre política externa, lançado há alguns meses, perguntando o que eu tinha a dizer a respeito do seu livro. Fui pegar o livro para dar uma espiada e fiquei espantado com a pobreza analítica. Acho que isso é característico de muito do que se faz na área de política externa em geral ou na área de relações internacionais. O que você tem é, via de regra, uma leitura inteligente (às vezes mais, às vezes menos) dos jornais.

E isso também se dá em outras áreas, naturalmente. É indiscutível que há muito trabalho ruim ou mesmo indigente, ao lado de coisas de qualidade. Mas há coisas de qualidade e avanços reais.

Por exemplo, Fernando Limongi, apesar da polêmica entre nós que vocês lembraram, foi uma excelente aquisição da USP. Ótimo que esteja lá o Fernando Limongi. É mais ou menos conhecida a história da participação que tive, junto com Olavo Brasil, numa avaliação para a CAPES da pós-graduação em ciência política da USP alguns anos atrás. O fato é que o programa, apesar de se tratar da universidade mais importante do país, era claramente deficiente e muito problemático. Mesmo isso sendo apontado com jeito (do ponto de vista da nota, por exemplo, nossa avaliação resultou em que um A+ se transformava em A...), houve uma esquisita movimentação junto à CAPES, tratando de cancelar nosso relatório e substituí-lo por outro.

Agora, em vez disso, não só temos o fato relevante de uma USP melhor na área, com a ajuda importante de Limongi, mas um quadro geral em que vários outros grupos ou instituições pelo país afora vão ganhando qualidade e visibilidade. Haveremos de melhorar mais.